



## ATA N.º 2423

1 Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez reuniram-se, em caráter **ordinário**, às  
2 dezoito horas e vinte minutos, na Sala de Reuniões do sexto pavimento das Secretarias de Obras e Viação e  
3 do Planejamento Municipal, nesta capital, os seguintes Conselheiros do Conselho Municipal de  
4 Desenvolvimento Urbano e Ambiental: **Márcio Bins Ely**, secretário da Secretaria de Planejamento Municipal e  
5 presidindo a reunião; **Iara Regina Castello**, titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; **Maria**  
6 **Elisabete Aguiar**, primeira suplente da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional;  
7 **Fernando Biffignandi**, titular do Departamento Municipal de Habitação; **Maria da Graça Valle Silveira**, titular  
8 da Empresa Pública de Transportes e Circulação; **Rosane Zottis Almeida**, titular do Gabinete do Prefeito;  
9 **Breno Ribeiro**, primeiro suplente da Secretaria de Planejamento Municipal; **Gilmara Muller**, segunda  
10 suplente da Secretaria Municipal de Obras e Viação; **Cibeli Silva do Carmo**, titular da Secretaria Municipal do  
11 Meio Ambiente; **Darci Campani**, primeiro suplente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e  
12 Ambiental; **José Euclésio dos Santos**, titular da Associação Gaúcha dos Advogados de Direito Imobiliário  
13 Empresarial; **Jaime Rodrigues**, titular do Instituto de Planejamento e Estudos Sócio Ambientais; **José Luis**  
14 **Seabra Domingues**, titular da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul; **Sérgio Koren**, primeiro  
15 suplente do Sindicato da Indústria da Construção Civil; **Alexandre Cohen**, primeiro suplente do Sindicato dos  
16 Corretores de Imóveis; **Jorge Larré**, titular do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil  
17 de Porto Alegre; **Reinaldo Leiria**, primeiro suplente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Lotar**  
18 **Markus**, titular, e **Osório Queiroz Júnior**, primeiro suplente da Região de Planejamento Dois; **Clarita**  
19 **parizotto**, titular, e **Hélio Mayer Bastos**, primeiro suplente da Região de Planejamento Quatro; **Jorge Pereira**  
20 **de Lima**, titular da Região de Planejamento Cinco; **Anadir Lourdes Alba**, titular, **José Ronaldo Leite Silva**,  
21 primeiro suplente, e **Arno Cláudio Trapp**, segundo suplente da Região de Planejamento Seis; **Eduíno de**  
22 **Mattos**, titular da Região de Planejamento Sete; **Dalcina Vargas**, titular, e **Leonite Ana Gheno**, segunda  
23 suplente da Região de Planejamento Oito; **Alceu Rosa da Silva**, primeiro suplente da Temática Organização  
24 da Cidade Desenvolvimento Urbano, e **Ana Paula Tomasi**, Secretária Executiva e relatora dos trabalhos.  
25 **Presidente Márcio** fez a abertura da sessão. Questionou se havia solicitações de retificação à ata da última  
26 reunião e não foram sugeridas alterações. A ata foi colocada em votação e foi aprovada por quatorze votos  
27 favoráveis, nenhum voto contrário e duas abstenções. **Presidente Márcio** deu início às **comunicações**.  
28 Conselheiro **Jaime** justificou a sua ausência nas duas últimas reuniões, por motivo de viagem ao Rio de  
29 Janeiro. Informou sobre a existência de parceria entre a prefeitura desta cidade e o IAB, com a intenção de  
30 que haja o fim de todas as favelas até o ano de dois mil e vinte. Disse que se tinha a intenção de instalar  
31 postos em cada favela, para que pudesse haver o planejamento participativo da comunidade. Deu detalhes e  
32 opinou Porto Alegre pudesse seguir este exemplo. Ainda informou que visitou supermercado *Walmart* no Rio  
33 de Janeiro, onde podia-se realizar compras à varejo, para fazer comparação com o empreendimento *Sam's*  
34 *Club* Cavalhada aprovado pelo Conselho. Conselheira **Clarita** falou sobre o seu descontentamento com as  
35 últimas eleições para delegados e conselheiros do Orçamento Participativo. Informou que verificou  
36 irregularidade no processo, quando foram depositados na urna votos da chapa adversária a sua, sem a  
37 presença do público, conforme prevê o regulamento. Disse que apesar disso foi eleita conselheira suplente,  
38 mas que na cerimônia para o recebimento do certificado, apesar de convocada, recebeu a informação de que  
39 a sua chapa havia sido cassada, com a justificativa inverídica de que ela ainda não tinha completado um ano  
40 como delegada. Falou do seu sentimento de frustração e informou que ingressou com ação no Ministério  
41 Público. Conselheiro **Lotar** opinou que talvez o ocorrido tivesse se dado pela impossibilidade de uma  
42 liderança assumir o cargo de conselheiro em mais de um Conselho simultaneamente. Conselheiro **Eduíno**  
43 manifestou solidariedade com a conselheira. Conselheiro **Lotar** informou sobre as últimas Audiências  
44 Públicas relativas ao Delta do Jacuí, e sobre os trabalhos do comitê formado para tratar do tema. Falou da  
45 necessidade de se pensar em políticas de regularização fundiária para as Ilhas, APA e Delta do Jacuí e  
46 informou sobre a próxima reunião do Fórum da RP 2, que aconteceria no dia trinta próximo, para abordar o  
47 assunto. Falou que entre outros seria convidado o DEMHAB para estar presente. Defendeu a necessidade de  
48 que as diferentes esferas de governo estejam articuladas para dar continuidade à abordagem do tema.  
49 Conselheira **Elisabete** informou que existe processo de licitação para o manejo do parque e da APA. Opinou  
50 importante se pensar na regularização fundiária da área, mas que este processo devesse ser pensado em  
51 momento posterior, quando já existam diretrizes e definições quanto a condicionantes ambientais da área.  
52 Falou da necessidade de se estudar a permeabilidade do solo, referindo que a área é atípica e que exige  
53 aquisição de conhecimento. Deu detalhes. Conselheiro **Osório** falou sobre o andamento das reuniões do  
54 Fórum a RP 2. Informou que a revitalização do Quarto Distrito tem sido abordada, e que o Grupo de Trabalho  
55 da SPM tem se feito presente. Referiu a presença da Secretaria Municipal da Cultura e da Equipe do  
56 Patrimônio Histórico e Cultural nas duas últimas reuniões, e a constatação unânime de que a lista dos imóveis  
57 inventariados possa ser reavaliada. Informou que o Fórum ingressará com esta solicitação através do  
58 Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural, o qual também se fez representado na última reunião



**ATA N.º 2423**

1 do Fórum. Deu outros detalhes. Conselheiro **Alceu** informou que apesar de na última reunião do CMDUA ter  
2 manifestado contrariedade à redução de horário de expediente do funcionalismo municipal em razão da final  
3 de jogo de futebol, valorizou a ação após perceber que a ação trouxe benefício à mobilidade urbana, referindo  
4 que não enfrentou congestionamentos. **Presidente** informou a presença na reunião da Gerência de  
5 Regularização de Loteamentos, representada pelo Engenheiro **Wilson Cantes** (SPM), Procuradora **Simone**  
6 **Somense** (PGM), Procuradora **Cândida Saibert** (PGM), assim como da Engenheira **Magda Carmona** (DEP),  
7 para fazer apresentação do processo Quatro Ponto Oito da pauta, que tratava do Loteamento Parque Agrícola  
8 Albion. Informou que houve a solicitação de inversão de pauta para priorizar a apreciação do referido  
9 processo. A mesma foi colocada em votação e foi aprovada por unanimidade. **Presidente** deu início à **Ordem**  
10 **do Dia. Processo Quatro Ponto Oito**. Expediente número 001.021741.09.3; Relator: RP8; Interessado SPM.  
11 Assunto: Resolução – Gravame de Traçado Viário, Dique, Escola e Praça; Local: Parque Agrícola Albion.  
12 Conselheira **Leonite** pediu a palavra para informar o histórico do processo de regularização do Loteamento.  
13 Informou que no princípio não existia CEP nem ruas reconhecidas. Informou dos seus esforços para suprir de  
14 informações a própria prefeitura, que carecia de registros face irregularidade do loteamento. Falou da  
15 dificuldade em conseguir verba do Orçamento Participativo para a regularização, tendo em vista que a área  
16 não pertencia mais ao bairro Belém Novo. Falou da sua satisfação e emoção com os gravames propostos no  
17 projeto, considerando o longo período de dedicação e dificuldades enfrentadas. Falou sobre os trabalhos do  
18 Grupo de Regularização de Loteamento e da sua participação efetiva nesse processo. Deu outros  
19 detalhamentos. Procuradora **Simone Somense** informou sobre o histórico do processo de regularização do  
20 loteamento. Apresentou projeção de imagens para ilustrar o teor na apreciação. Mostrou a sua localização.  
21 Informou que o processo só foi possível de ser viabilizado em razão de demanda do Orçamento Participativo.  
22 Informou que na década de cinquenta houve a aprovação do loteamento pelo Município, contudo de  
23 matrículas maiores, as quais ao longo do tempo foram subdivididas irregularmente. Informou o teor da  
24 apreciação, que se tratava de cadastramento de ruas pré-existentes e de gravame de vias não existentes para  
25 uma mobilidade adequada. Informou sobre o gravame de canal de drenagem e equipamentos públicos,  
26 envolvendo praça e escola. Informou a necessidade de desapropriação. Informou que a apreciação tratava de  
27 diretrizes iniciais, que possibilitariam o processo de regularização posterior do loteamento, o qual envolveria o  
28 parcelamento do solo de cada matrícula. Deu detalhes. Engenheiro **Wilson Cantes** informou sobre a  
29 preocupação do Grupo de Regularização com a largura das vias, e informou que foi possível gravar vias  
30 largas, com a menor gabarito sendo de oito metros. Mostrou imagens e detalhou as medidas sugeridas. Falou  
31 da participação efetiva da comunidade no processo e da contribuição da Conselheira Leonite. Conselheira  
32 **Leonite** pediu a palavra para informar sobre o detalhamento da drenagem e do plano de macro drenagem  
33 envolvendo o bairro Chapéu do Sol e Ponta Grossa. Mostrou em mapa a divisa do loteamento com área “do  
34 Ronaldinho”, Terraville e Túnel Verde. Conselheiro **Breno** informou que o gravame do sistema viário  
35 possibilitaria o cadastramento das vias e a regularização das edificações, tendo em vista a necessidade de  
36 que os terrenos tenham frente para logradouro público. Procuradora **Cândida Saibert** falou sobre a Gerência  
37 de Regularização de Loteamentos e da intenção de que o trabalho possa ser ampliado com a criação de uma  
38 procuradoria específica para tratar do tema. Falou da necessidade de atuação da SPM neste processo, e de  
39 que as regularizações possam ser pensadas de forma articulada com as regiões as quais pertencem.  
40 **Presidente** falou sobre a importância da Gerência de Regularização de Loteamento e da dedicação da  
41 Secretaria do Planejamento com o tema. Falou sobre os objetivos. Conselheiro **Eduíno** parabenizou o  
42 trabalho realizado na regularização do loteamento Albion. Elogiou a largura das vias e a criação do arroio e  
43 disse que fará votos que o mesmo não se torne poluído como o Arroio Dilúvio. Parabenizou a excelência dos  
44 trabalhos e lamentou que a mesma qualidade não pudesse ser verificada em algumas regularizações  
45 realizadas pelo DEMHAB, as quais trouxeram prejuízo à cidade. Conselheiro **Fernando** solicitou a palavra  
46 para informar que o DEMHAB se dedica em realizar regularizações de qualidade e que em todos os casos  
47 existe o respeito aos padrões urbanísticos estabelecidos. Falou que cada área a ser regularizada tem  
48 características diferenciadas, e que se às vezes a situação tida como ideal não pode ser alcançada, não é  
49 pela falta de qualidade dos trabalhos, mas pela própria pré-existência das ocupações. Falou que em todos os  
50 casos existe a participação da comunidade e que só depois de haver a aprovação do projeto pelos  
51 moradores, com registro em ata, é que o mesmo chega para a apreciação do CMDUA. Conselheiro **Eduíno**  
52 reiterou a sua inconformidade. Procuradora **Simone** reiterou a importância da participação da comunidade  
53 para o sucesso do projeto. Conselheiro **Breno** solicitou a palavra para informar que os gabaritos de ruas são  
54 previstos no Plano Diretor e que os projetos de loteamentos atendem com rigor a estes padrões. Referiu que  
55 não existe, para loteamentos novos, aprovações de ruas com gabaritos menores para beneficiar terceiros ou  
56 o mercado imobiliário – sendo isto impensável. Disse que nos casos de regularizações de pré-existências os  
57 gabaritos atendem aos EVUs específicos, aprovados nas diferentes instâncias administrativas e no próprio  
58 CMDUA. Disse que nestes casos também existe a possibilidade de haver alteração de regime urbanístico,



**ATA N.º 2423**

1 mas reiterou o respeito ao regime aprovado no EVU. Disse que a comunidade tem papel determinante no  
2 resultado final do projeto, não apenas quando é propositiva, mas também quando é acolhedora das propostas  
3 apresentadas. Conselheira **Iara** questionou o sistema viário, opinando que pudesse ser apresentada  
4 hierarquia das vias. Referiu a importância do passeio não só para a circulação, mas também para a  
5 socialização da comunidade. Conselheira **Leonite** esclareceu, informando sobre os gabaritos. Engenheiro  
6 **Wilson Cantes** esclareceu sobre o critério utilizado para a definição do sistema viário, que se dava a partir do  
7 canal e das ruas pré-existentes. Conselheiro **Jorge** parabenizou a qualidade dos trabalhos e aproveitou a  
8 presença da PGM para questionar se existia trabalho considerando as áreas de risco. Procuradora **Cândida**  
9 informou que existiam processos em andamento. Procuradora **Simone** informou que áreas de risco não  
10 podem ser regularizadas. Conselheiro **Jorge** reiterou que sua pergunta se referia à existência de ação quanto  
11 às áreas de risco. Procuradora **Simone** informou que o questionamento fugia da sua esfera de trabalho.  
12 Conselheira **Cibeli** informou que questionamentos quanto a áreas de risco poderiam ser encaminhados  
13 formalmente à SMAM. Conselheiro **Alceu** referiu a qualidade do trabalho da Gerência de Regularização e da  
14 sua importância para disciplinar este importante tema. Manifestou o seu orgulho em identificar a atuação da  
15 Conselheira **Leonite** na concretização do processo, pela sua iniciativa e competência. Conselheiro **Darci**  
16 questionou a falta de outros gravames na região, tendo em vista que verificou a existências de áreas  
17 desocupadas e não gravadas. Opinou importante o gravame de outras praças. Conselheira **Leonite**  
18 esclareceu sobre as áreas. Procuradora **Simone** deu outros detalhes. Conselheiro **Lotar** fez questionamento  
19 sobre os gravames das vias. Conselheira **Leonite** esclareceu, referindo demanda do Orçamento Participativo  
20 do ano de 2007. Conselheira **Maria da Graça** questionou qual era a extensão do canal e quantas seriam as  
21 transposições. Procuradora **Simone** respondeu que se tratava de aproximadamente dois quilômetros e que o  
22 número de transposições seria definido posteriormente, mas que se previa que fossem dois ou três.  
23 Conselheira **Dalcina** leu o parecer favorável à aprovação. O mesmo foi colocado em votação e foi aprovado  
24 por unanimidade, com vinte e três votos favoráveis. Conselheira **Leonite** solicitou a palavra para informar da  
25 sua satisfação e emoção com a aprovação do processo. Disse que durante o processo pode conhecer  
26 pessoas que foram determinantes no sucesso da aprovação, referiu estes nomes. Conselheira manifestou  
27 emoção e recebeu uma salva de palmas em reconhecimento a sua dedicação ao processo. Pelo adiantado da  
28 hora, às vinte horas e cinco minutos, os demais processos constantes em pauta foram adiados. Os quais  
29 eram: **Processo Quatro Ponto Um**. Expediente número 002.071973.07.9, relator: GP. Interessado: SPM;  
30 assunto: Minuta de Lei para a instituição do EIV. Adiado. **Processo Quatro Ponto Dois**. Expediente número  
31 002.305812.00.3, relator: IPES. Interessado: Bruno José Nichele; assunto: EVU de condomínio; local: Estrada  
32 Jorge Pereira Nunes, 1350. Adiado. **Processo Quatro Ponto Três**. Expediente número 002.320104.00.0,  
33 relator: Sinduscon. Interessado: Apart-Administração e Participação; assunto: EVU de Condomínio; local:  
34 Estrada da Ponta Grossa, 4440. Vistas à RP 8 em dez de agosto. Adiado. **Processo Quatro Ponto Quatro**.  
35 Expediente número 002.252917.00.3, relator: RP 3. Interessado: Hab F-1; assunto: EVU de Edificação; local:  
36 Avenida Julio de Castilhos, 516. Conselheiro Ibirá se fez presente no início da reunião e devolveu o processo  
37 do pedido de vistas à RP 1. **Processo Quatro Ponto Cinco**. Expediente número 002.206821.00.4. Relator:  
38 RP 5. Interessado: CLARO; assunto: ERB – “Rooftop”; local: Avenida Luiz Moschetti, 619. Adiado. **Processo**  
39 **Quatro Ponto Seis**. Expediente número 002.234319.00.3, relator: RP 6. Interessado: CLARO. Assunto: ERB  
40 – “Rooftop”, local: Rua Irene Caponi Santiago, 161. Adiado. **Processo Quatro Ponto Sete**. Expediente  
41 número 002.204752.00.7, relator: RP 7. Interessado: CPU/SPM; assunto: Minuta de Decreto para instituição  
42 de AEIS II; local: Rua Orfanotrófio, 306. Adiado. **Presidente** deu início aos **Assuntos Gerais**. Informou que  
43 estava previsto para o dia primeiro de setembro a apreciação dos vetos parciais ao Plano Diretor e falou sobre  
44 a atuação do Fórum das Entidades neste processo. Às vinte horas e dez minutos foram encerrados os  
45 trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Eu, **Ana Paula Tomasi**,  
46 juntamente com o **Presidente**, assino e lavro a presente ata.

47  
48  
49  
50 \_\_\_\_\_  
51 Ana Paula Tomasi  
52 **Secretária Executiva**

53 \_\_\_\_\_  
54 Márcio Bins Ely  
55 **Presidente**

56 **Retificações à presente ata aprovadas na sessão de 31/08/2010:**

57 **Fl. 1, linha 42 e 43:** Onde lê-se “Conselheiro **Eduíno** demonstrou solidariedade com a conselheira”, entende-se pelo que foi literalmente  
58 dito pelo conselheiro, na primeira pessoa: *“esta deliberação contra a chapa da região em questão não está em conformidade com o regimento do orçamento Participativo municipal, portanto, como profundo conhecedor e um dos fundadores deste processo, sou solidário ao protesto justo da Conselheira Clarita Parizotto”*.